

Justiça Federal

Seção Judiciária do Rio Grande do Sul



Relatório de Gestão Administrativa

2001 - 2003

Justiça Federal
Seção Judiciária do Rio Grande do Sul

Relatório de Gestão Administrativa
2001 - 2003

Coordenação-Geral

Maria Helena Rau de Souza

Planejamento e Execução

Eliana Oliveira Borges

Carlos Alberto Lamb Carosio

Colaboração

Carlos Alberto Lanzini

Dirceu Ari Scotton

Luciana Felício Rublescki

Luigi Fruciante Filho

Katia Lisiane Von Mühlen

Marco Antonio Soares Ochoa

Paulo Henrique Souza da Silva

Fotos

Antônio William Cidrão Guedes

Camila da Rosa Severo

Carlos Alberto Lamb Carosio

Gabriela Oliveira

Heverton da Silva Peres

Luiz Carlos Silva Maciel

Marcel Citro de Azevedo

Paulo Gilberto Sangó

Projeto gráfico

Cid D'Ávila

Editoração eletrônica

CDD - Cid D'Ávila Design

JUSTIÇA FEDERAL

Seção Judiciária do Rio Grande do Sul

Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, nº 600

90.010-395 – Porto Alegre – RS

Correio Eletrônico: secdf@jfrs.gov.br

Home page: <http://www.jfrs.gov.br>

Ficha Catalográfica

Brasil. Justiça Federal de 1ª Instância. Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

Relatório de Gestão da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul/ Justiça Federal de 1ª Instância. Seção Judiciária do Rio Grande do Sul - Porto Alegre: Gestão 2001/2003.

1. Justiça Federal. 2. Gestão Administrativa. 3. Estrutura. 4. Seção Judiciária. 5. Rio Grande do Sul. I. Título.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

Desembargador Federal Teori Albino Zavascki
Presidente

Desembargador Federal Nylson Paim de Abreu
Vice-Presidente

Desembargadora Federal Silvia Maria Gonçalves Goraieb
Corregedora-Geral

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

Juíza Federal Maria Helena Rau de Souza
Diretora do Foro

Juíza Federal Ana Paula De Bortoli
Vice-Diretora do Foro

Juiz Federal Eduardo Vandrê Oliveira Lema Garcia
Coordenador do Centro de Estudos e Treinamentos
Coordenador do Comitê de Gestão pela Qualidade em 2003

Juíza Federal Ingrid Schroder Sliwka
Coordenadora da Central de Mandados – CEMPA

Juiz Federal Marcelo De Nardi
Coordenador do Comitê de Gestão pela Qualidade 2001/2002

Juiz Federal Roger Raupp Rios
Coordenador da Biblioteca

Juíza Federal Salise Monteiro Sanchotene
Coordenadora do Projeto Justiça Solidária

Bel. Carlos Dario Lopes Daudt Filho
Diretor da Secretaria Administrativa

Sumário

Apresentação	09
Mapa da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul	11
Introdução	13
Estrutura Administrativa	15
I - Subsistema Estratégico	16
II - Subsistema do Ser Humano	20
III - Subsistema Patrimonial	22
IV - Subsistema Financeiro	31
V - Subsistema Tecnológico	32
VI - Subsistema Social	35
Considerações Finais	40

Apresentação

Ao findar de uma gestão, impõe-se o olhar retrospectivo. As múltiplas ações que se desencadearam e tiveram continuidade, dia após dia, devem ser inventariadas, relatadas e avaliadas.

Destina-se, assim, este relatório à prestação de contas do trabalho desenvolvido, dos recursos despendidos e dos resultados alcançados na área administrativa da Justiça Federal de primeira instância, Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, no período compreendido entre julho de 2001 e junho de 2003.

Destina-se a forma típica dos relatórios de prestação de contas dos gestores públicos, prescrita pelas normas do Tribunal de Contas da União, porque estes já foram apresentados nos respectivos prazos, encontrando-se à disposição, para consulta e exame dos interessados, na Secretaria Administrativa.

Cuida-se, aqui, de uma apresentação em formato novo, que, sem prejuízo do rigor de suas informações, ao tempo em que dá conta do trabalho realizado, aproxime os magistrados federais e a comunidade de nossos servidores da atividade-meio, cuja verdadeira dimensão nem sempre é visível ou conhecida.

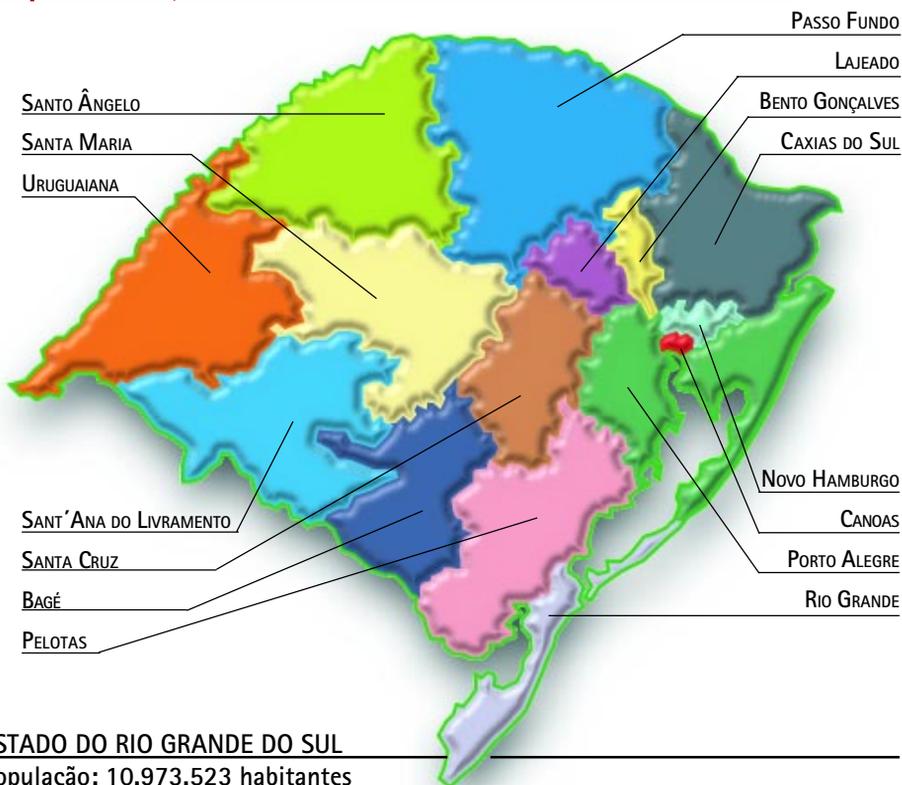
Escusado dizer que o trabalho desenvolvido representa um elo a mais na linha evolutiva da administração da Justiça Federal de primeira instância, reiniciada, em nosso Estado, há trinta e cinco anos, com provisórias e precárias instalações, consistentes em três salas cedidas pelo Governo do Estado, no prédio situado à Avenida Cristóvão Colombo, esquina com a Rua Santo Antonio, em Porto Alegre.

Se realizações nos podem ser creditadas, foram elas, em alguma medida, viabilizadas pelo esforço continuado dos que nos antecederam e de quem recebemos a direção de uma estrutura apta ao desenvolvimento. E é com idêntica expectativa que chegamos ao fim de nossa jornada. Ter contribuído, ainda que modestamente, para o aprimoramento e crescimento institucional, realizando e permitindo imediatos avanços para os que nos sucederem, é o que esperamos. E, se assim se puder dizer, teremos desincumbido-nos, de forma gratificante, da honrosa tarefa que nos foi delegada.

Porto Alegre, junho de 2003.

Maria Helena Rau de Souza
Juíza Federal Diretora do Foro

Mapa da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

População: 10.973.523 habitantes

497 Municípios

(Fonte: Senso IBGE 2000)

15 Circunscrições Judiciárias	
58 Varas Federais	
57 Juízes Federais	
58 Juízes Federais Substitutos	
1.280 Servidores (Capital 550 e Interior 730)	
17 Prédios	
Áreas	
Bagé	1.085,72 m ²
Bento Gonçalves	1.252,77 m ²
Canoas	1.578,09 m ²
Caxias do Sul	2.529,17 m ²
Lajeado	583,86 m ²
Novo Hamburgo	2.861,20 m ²
Passo Fundo	2.600,00 m ²
Pelotas	961,00 m ²
Porto Alegre	28.500,00 m ²
Rio Grande	2.258,06 m ²
Santa Cruz do Sul	805,00 m ²
Santa Maria	2.866,55 m ²
Sant'Ana do Livramento	951,86 m ²
Santo Ângelo	1.255,79 m ²
Uruguaiiana	1.524,37 m ²
Total	51.613,44 m²

Introdução

Em uma época marcada pela inovação no âmbito do Judiciário Federal, com a instalação dos Juizados Especiais, a Direção do Foro da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul apresenta o Relatório de Gestão Administrativa para conhecimento de seus magistrados, servidores e demais segmentos da administração judiciária.

É sabido caber ao Poder Judiciário, como atribuição específica e preponderante, o exercício da função jurisdicional. Mas aí não se exaure toda a tarefa que lhe incumbem. Para o pleno desempenho de sua competência, atribuem-se-lhe funções tipicamente administrativas que constituem seu autogoverno.

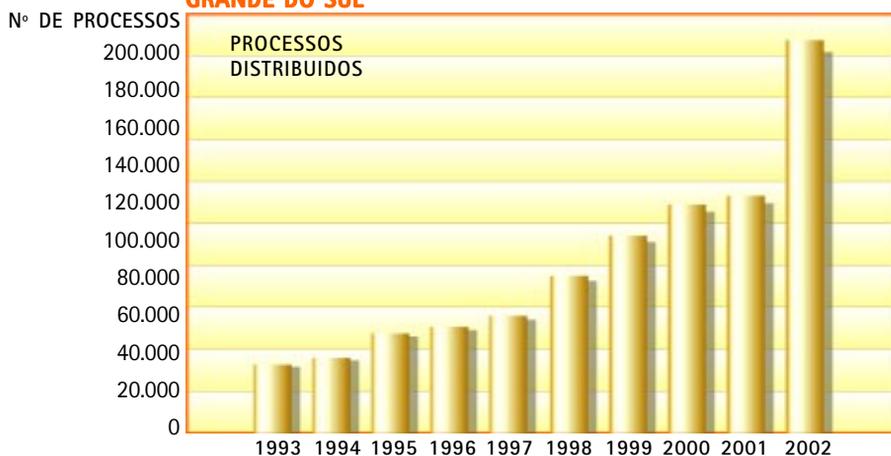
Na Justiça Federal, a parcela das funções que concernem à organização dos meios para a prestação jurisdicional de primeiro grau é primordialmente cometida a órgãos e serviços subordinados ao Juiz Diretor do Foro. Tais unidades compõem a denominada área administrativa, suporte indispensável ao cumprimento da missão institucional.

Na Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, a área administrativa está estruturada de acordo com o organograma apresentado após esta introdução. Releva assinalar que esta organização é, com pequenas alterações, a mesma posta em vigor em 12 de novembro de 1996, através da Resolução nº 16, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Nada obstante, a atividade jurisdicional nesta Seção registrou incremento notável no período compreendido entre 1993 e 2002, conforme demonstram os quadros abaixo, a refletir, direta e imediatamente, na estrutura administrativa.

ANO	Nº DE MAGISTRADOS	Nº DE VARAS	PROCESSOS DISTRIBUÍDOS	AUMENTO ANUAL %	TOTAL DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO	ACUMULADO (%)
1993	29	33	31.548	—	104.889	—
1994	41	33	35.253	11,74	102.274	-2,49
1995	52	33	48.820	38,48	111.951	6,73
1996	63	33	51.379	5,24	122.386	16,68
1997	65	33	56.522	10,01	139.009	32,53
1998	69	42	75.327	33,27	172.801	64,75
1999	62	47	95.810	27,19	198.905	89,63
2000	80	53	106.452	11,11	219.950	109,70
2001	105	56	108.047	1,50	241.728	130,46
2002	115	58	185.650	71,82	352.877	236,43

Crescimento da distribuição anual entre 1996 e 2002= **261,33**

AJUIZAMENTO DE PROCESSOS NA JUSTIÇA FEDERAL NO RIO GRANDE DO SUL



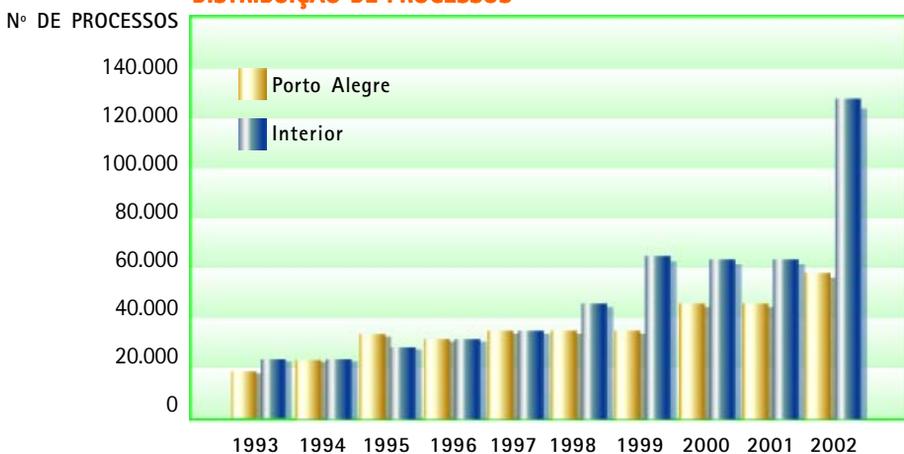
Em tal contexto de expansão da atividade jurisdicional, reforçada, sensivelmente, pela instalação dos Juizados Especiais, é que se insere a gestão administrativa que ora finda. Para o seu desenvolvimento, concorreram, decisivamente, os Juizes Coordenadores, vinculados à Direção do Foro, e a dedicada equipe de servidores da área administrativa.



Equipe da Direção do Foro e Secretaria Administrativa

De outra parte, importante registrar que, estando a cargo das Varas Federais localizadas fora da Capital, em seu somatório, um movimento processual superior ao registrado na sede da Seção Judiciária, revelou-se fundamental e imprescindível à gestão dos meios para a prestação jurisdicional demandada a atuação dos Juizes Diretores do Foro das Circunscrições Judiciárias do interior.

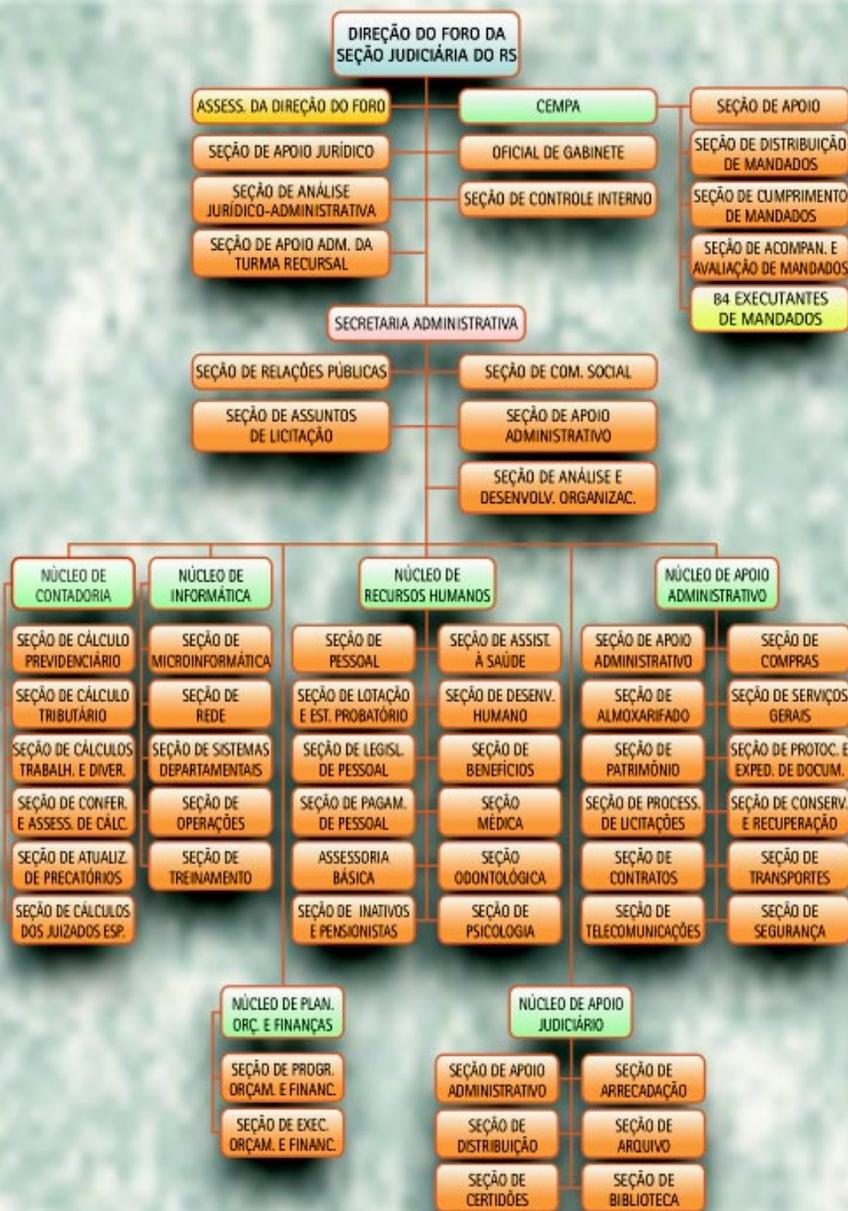
DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS



Cabe, assim, relatar, de forma breve e objetiva, as principais iniciativas na área administrativa, no biênio 2001-2003, as ações de melhoria e os resultados obtidos nos âmbitos estrutural, funcional, social e ambiental. Os dados estatísticos pormenorizados, as informações minuciosas e particularizadas de cada setor, bem como a atividade rotineira e já estabelecida nas diferentes unidades, foram aqui suprimidas, tendo em conta os limites do presente documento e o propósito de apresentar, através de um texto, cuja leitura não se revelasse por demais árdua, a consolidação de relatórios setoriais produzidos ao longo do período em referência.

O relatório está estruturado a partir de seis subsistemas, que refletem as principais áreas de atuação, através das quais serão apresentadas as ações administrativas desenvolvidas.

Estrutura Administrativa



Base Legal

Lei nº 8.424/92 e Lei nº 8.472/92
 Resolução nº 16/96 TRF/4a R., de 12/11/96;
 Resolução nº 36/98 TRF/4a R., de 29/09/98;
 Resolução nº 51/99 TRF/4a R., de 23/06/99;
 Resolução nº 13/00 TRF/4a R., de 28/06/00;
 Resolução nº 62/01 TRF/4a R., de 07/01/02;
 Resolução nº 29/02 TRF/4a R., de 12/04/02;
 Resoluções ns 10 e 11/03 TRF/4a R.

I – SUBSISTEMA ESTRATÉGICO

O Subsistema Estratégico apresenta as operações empreendidas de forma integrada pelas unidades. O subsistema envolve decisões sobre processos, métodos, procedimentos, facilidades e equipamentos usados na execução de cada operação.

Em 14 de janeiro de 2002, em solenidade presidida pelo Excelentíssimo Presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Desembargador Teori Albino Zavascki, com a presença do Excelentíssimo Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ministro Paulo Roberto Saraiva da Costa Leite, acompanhado de outras autoridades, foram instalados, de forma pioneira no País, os Juizados Especiais Federais, bem como a Turma Recursal da Seção Judiciária.



Solenidade de instalação dos Juizados Especiais Federais

No ato inaugural, os Juizados Especiais Cíveis, com competência restrita à matéria previdenciária, implantaram-se em Porto Alegre mediante conversão da 3ª e 4ª Vara Previdenciária em 1º e 2º Juizado Especial Previdenciário. O Juizado Especial Criminal passou a funcionar junto à 1ª Vara Criminal.

A Turma Recursal, órgão colegiado composto de três juízes, atua como instância revisora das decisões dos Juizados Especiais que sejam objeto de recurso.

Inicialmente instalada no oitavo andar do prédio-sede, situa-se, hoje, na ala leste do 5º andar, onde conta com espaço para Secretaria e Sala de Sessões. Compõem a Turma Recursal, como titulares, as Juízas Federais Vânia Hack de Almeida, Vivian Josete Pantaleão Caminha e Eloy Bernst Justo, sob a presidência da primeira, e como suplentes as Juízas Federais Salise Monteiro Sanhotene e Tais Schilling Ferraz.



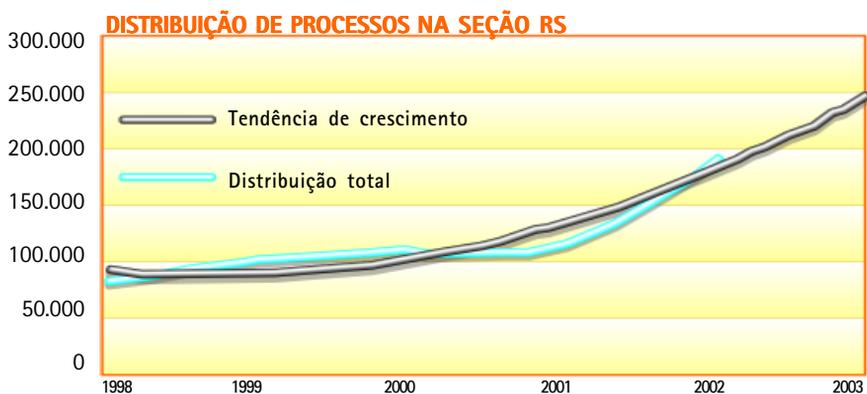
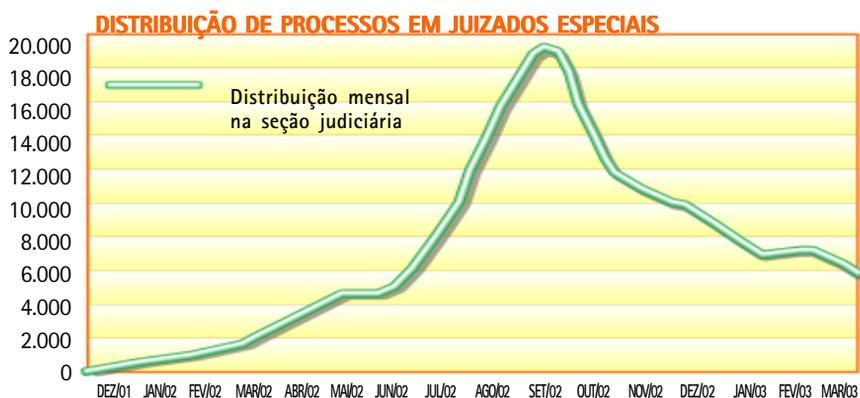
Sessão da Turma Recursal

A efetiva implantação dos Juizados Especiais e da Turma Recursal demandou uma atividade desbravadora, empreendida a partir de um esforço concentrado e formidável dos setores da Secretaria Administrativa, em especial da Assessoria da Direção do Foro, do Núcleo de Apoio Administrativo, por intermédio das Seções de Patrimônio, de Conservação e Recuperação, de Telecomunicações e do Núcleo de Informática, em que pese as consideráveis dificuldades decorrentes da falta de recursos financeiros e da inexistência de novos cargos para provimento.

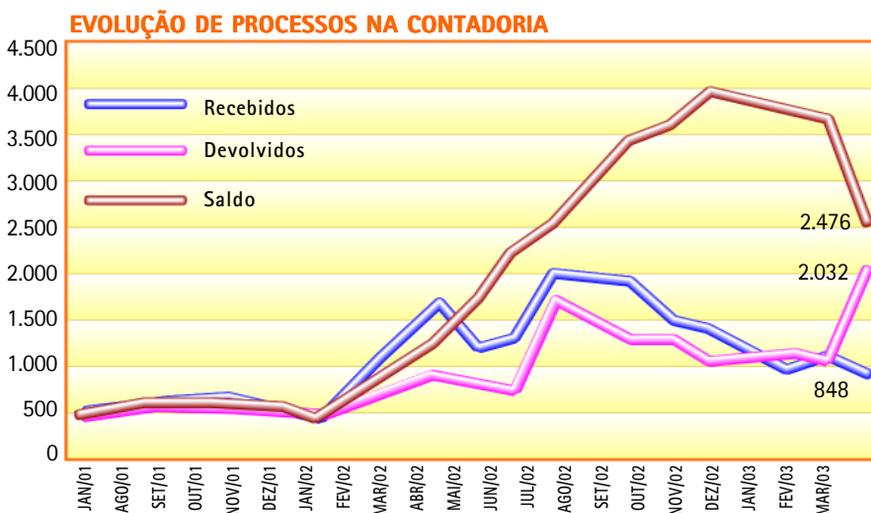
As ações que se seguiram ao ato de instalação culminaram com a conclusão do processo de interiorização desta nova modalidade de prestação jurisdicional em 9 de dezembro de 2002, com o Juizado Especial Cível Adjunto da Vara Federal de Bento Gonçalves. Hoje, todas as Circunscrições Judiciárias da Seção do Rio Grande do Sul integram, em sua estrutura, o Juizado Especial Federal, ou na forma autônoma, com varas próprias, como é o caso de Caxias do Sul, Novo Hamburgo, Passo Fundo, Porto Alegre e Rio Grande, ou na forma adjunta, como Bagé, Bento Gonçalves, Canoas, Lajeado, Pelotas, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Sant'Ana do Livramento, Santo Ângelo e Uruguaiana.

De outra parte, para ampliar o acesso da população ao Poder Judiciário, foi inaugurada, ainda, a modalidade itinerante dos Juizados Especiais Federais, tal como prevista em lei. O deslocamento de juizes e servidores da Circunscrição de Rio Grande até Santa Vitória do Palmar, em 5 de abril de 2003, constituiu a primeira experiência em nossa Seção Judiciária, logrando pleno êxito em seus resultados: 67 pessoas receberam orientação e 36 novos processos foram distribuídos. Novas incursões já estão sendo programadas para os próximos meses.

O novo rito processual atraiu à cena judiciária um contingente de ações que se encontrava reprimido, conforme mostram os gráficos abaixo, afetando significativamente algumas unidades da estrutura judiciária e da área administrativa.



Com tal aumento na demanda processual e conseqüente ampliação da estrutura de atendimento ao jurisdicionado, sem o correspondente incremento no quadro de servidores, os gargalos formados em determinados setores levaram a administração a atuar, emergencialmente, no Núcleo de Apoio Judiciário e no Núcleo de Contadoria, deslocando, de forma provisória, servidores de outras áreas para reforçar aquelas equipes. Os resultados apresentados no mutirão da Contadoria podem ser verificados no gráfico que segue, com a sensível redução do número de processos remanescentes no Núcleo.



No âmbito organizacional, empreendeu-se o estudo da reestruturação da área administrativa e da racionalização dos procedimentos, objetivando agilizar os fluxos de trabalho nos setores.

O Núcleo de Contadoria, pela notável carga de trabalho a que foi submetido, a partir da instituição dos Juizados Especiais Federais – entre cujas características está a sentença líquida – foi o primeiro a submeter-se à avaliação criteriosa da Seção de Análise e Desenvolvimento Organizacional. O projeto, a médio prazo, abrangerá todas as unidades da Secretaria Administrativa da Seção Judiciária e atenderá, também, as solicitações das Varas Federais.



O Programa de Gestão pela Qualidade Total, idealizado na administração anterior, foi oficialmente instituído em outubro de 2001, obtendo sua consolidação a partir da criação do Comitê da Qualidade, mediante a edição da Portaria nº 019, da Direção do Foro, de 15 de abril de 2002.

A coordenação do Programa foi exercida pelo Juiz Federal Marcelo De Nardi, titular da 4ª Vara Cível de Porto Alegre, até dezembro de 2002, passando, então, ao Juiz Federal Eduardo Vandré Oliveira Lema Garcia, titular da 3ª Vara Cível desta Capital.

O engajamento ao Programa efetivou-se com o treinamento de 250 servidores a respeito de suas ferramentas e técnicas, correspondendo, aproximadamente, a 20% da força de trabalho da Instituição, e alcançou, nesta primeira etapa, total adesão das unidades à prática da Seleção (Descarte), ocorrido em 14 de maio passado, quando foram descartadas mais de 15 toneladas de papéis em toda a Seção Judiciária.

A Central de Mandados de Porto Alegre, que conta, hoje, com 90 servidores, sendo 84 oficiais de justiça, esteve sob a coordenação da Juíza Federal Ingrid Schroder Sliwka, titular da 3ª Vara de Execuções Fiscais de Porto Alegre, desde julho de 2001.

A Direção do Foro renovou convite aos Juizes Federais Eduardo Vandré Oliveira Lema Garcia e Roger Raupp Rios, a fim de que dessem continuidade à coordenação, respectivamente, do Centro de Estudos e Treinamentos e da Biblioteca da Seção Judiciária, em razão dos excelentes trabalhos já desenvolvidos.

Foram adotados novos procedimentos em diversas unidades com o objetivo de atender a demanda de trabalho e permitir o seu acompanhamento através de levantamentos estatísticos. Tais alterações tendem, também, a simplificar e agilizar a instrução dos processos administrativos. Exemplos destas inovações estão no Núcleo de Recursos Humanos onde, com a edição da Ordem de Serviço nº 01/2002, estabeleceram-se critérios para a redução das operações manuais na concessão do benefício de auxílio-transporte. De outra parte, foi alterado o Sistema Integrado de Recursos Humanos no tocante ao processamento do auxílio pré-escolar, excluindo, com isso, atividades de digitação. Já no Núcleo de Contadoria, a revogação da Portaria nº 23/97 dispensou o registro de informações em livro, pois as mesmas são lançadas no sistema de acompanhamento processual. No Núcleo de Apoio Administrativo, por sua vez, por intermédio da Portaria nº 01/03, foi instituído novo formulário para movimentação patrimonial, que unificou os documentos já existentes, conferindo maior segurança e agilidade nas passagens de carga entre as unidades.

Deu-se início à implementação do Programa de Gestão de Documentos, com a criação de uma comissão de servidores para analisar os documentos administrativos depositados no arquivo, com base na Tabela de Temporalidade, instituída pela Resolução nº 217 do Conselho da Justiça Federal. A medida, ainda que restrita à área administrativa, representa um marco importante na gestão da massa documental que se encontra sob nossa guarda e cujo crescimento, a demandar áreas físicas cada vez maiores e o envolvimento de novos servidores, reclama por uma seleção do que efetivamente deve ser preservado.

Deu-se continuidade à aquisição de material bibliográfico, registrando-se um aumento de 138% no acervo da Seção Judiciária, que de 9.196 livros passou a contar com 19.558. A qualificação deste acervo bibliográfico tem possibilitado o atendimento das demandas, em especial oriundas da área judiciária, no prazo requerido pelos usuários, com a diminuição gradativa da nossa dependência de acervos de outras bibliotecas ou serviços de documentação.

As Circunscrições do interior do Estado foram visitadas pela Direção do Foro, objetivando um contato direto com a realidade local. As informações e impressões colhidas revelaram-se decisivas para o planejamento das ações na área administrativa.

II – SUBSISTEMA DO SER HUMANO

O Subsistema do Ser Humano engloba as atividades desenvolvidas pela administração para o aprimoramento do quadro de servidores. Este subsistema abrange os projetos de capacitação profissional e de desenvolvimento humano.

A Direção do Foro, por intermédio do Núcleo de Recursos Humanos, planejou e desenvolveu ações visando à satisfação dos servidores e magistrados.

Nesta linha, deu-se continuidade ao Programa de Integração, destinado aos novos servidores, com a entrega da “Cartilha do Servidor” e o atendimento personalizado, especialmente quanto às informações sobre a abrangência dos benefícios e os procedimentos para sua obtenção. Para os servidores de Porto Alegre, o Centro de Estudos e Treinamentos (CET) realizou curso, possibilitando a apresentação da área judiciária por juízes e da área administrativa por servidores dos Núcleos.

Com a finalidade de prevenir a ocorrência de doenças relacionadas ao trabalho, iniciou-se o Programa de Ergonomia, mediante a contratação da Fundação Empresa Escola de Engenharia da UFRGS – FEENG para realização de levantamento ergonômico nas unidades de trabalho de Porto Alegre. Busca-se a identificação de problemas, o apontamento de soluções e a implementação de propostas de melhoria em unidades pilotos. Conforme os custos e a exequibilidade, as soluções poderão ser estendidas para outras unidades com características similares. A FEENG utiliza o método de Análise Macroergonômica do Trabalho (AMT), que abrange aspectos biomecânicos de adequação ao posto de trabalho, questões de ordem comportamental, organizacional, ambiental, cognitiva ou mental, bem como questões de risco.

Ao lado do Programa de Ergonomia, está em desenvolvimento, também, o Programa de Atividade Laboral Compensatória, de natureza eminentemente educativa com relação à prevenção e à compensação de vivências desencadeadoras de doenças relacionadas ao trabalho. Atualmente, encontra-se em curso o procedimento licitatório para contratação da prestadora de serviços.

Na área da saúde, as campanhas anuais de vacinação e de doação de sangue registraram crescimento na participação de servidores e familiares. Foram realizadas, em Canoas e em Porto Alegre, respectivamente, a primeira e a segunda edição da Campanha de Prevenção de Fatores de Risco Cardiovascular. Para as demais Circunscrições, já está aprovado cronograma para realização de campanhas durante o ano de 2003.

Foram ajustados os procedimentos pela Seção Médica para permitir o efetivo acompanhamento das licenças de saúde e dos atendimentos prestados, com o zelo requerido no tratamento das informações, bem como implementadas rotinas para pesquisa de causas de afastamento nas licenças.

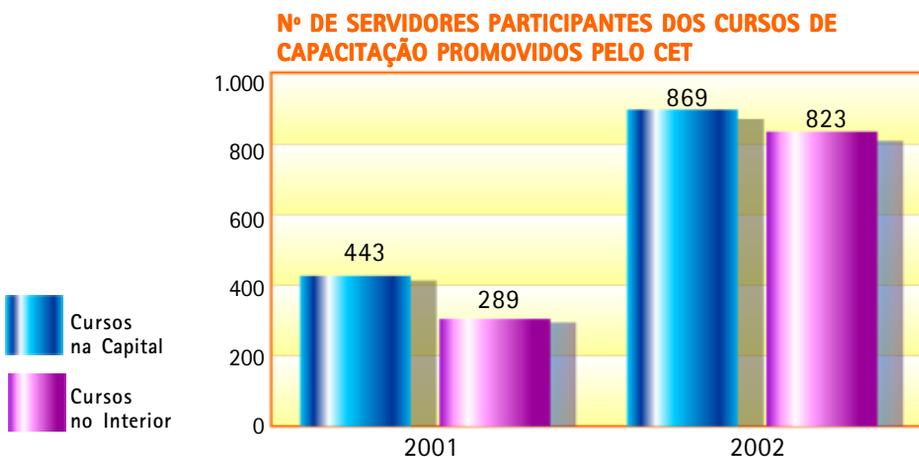
Os exames pré-admissionais passaram a incluir avaliação psiquiátrica, buscando, desta forma, o aperfeiçoamento do ato de admissão e o melhor acompanhamento dos servidores durante o exercício de suas atividades.

Foram também reativadas as Comissões previstas no Sistema Unificado de Acompanhamento e Avaliação de Desempenho dos Servidores em Estágio Probatório – SUADES, objetivando a solução de problemas relativos ao período de estágio probatório, e no Processo de Gestão de Desempenho (PROGED), com reuniões periódicas da Comissão de Avaliação de Desempenho Funcional.

Implementou-se o Programa de Lotação para servidores da Circunscrição Judiciária de Porto Alegre, visando ao tratamento integrado dos pedidos de alteração de lotação e de provimento de vagas. Objetiva-se, desta forma, promover a motivação em relação ao trabalho, pela busca da máxima correspondência entre o perfil requerido

para a função a prover e as habilidades dos servidores. De outra parte, busca-se o aproveitamento da integralidade da força de trabalho disponível na Instituição.

Até a incorporação de suas atividades pelo Núcleo de Recursos Humanos, por força da Resolução nº 011, de 13 de março de 2003, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, o CET desenvolveu programas de treinamento em diversas áreas (gerencial, técnico-operacional, de habilidades interpessoais e de integração), pelos quais passou grande número de servidores, como mostra o quadro abaixo. A descentralização dos cursos para as Circunscrições do interior permitiu, de outra parte, redução de custos e aumento no número de participantes.



Foram firmados convênios com instituições bancárias (Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil S/A e Banco Santander Meridional S/A), proporcionando aos servidores, magistrados e pensionistas facilidades na obtenção de crédito através de consignação em folha de pagamento.

Em novembro de 2002, a Seção Judiciária do Rio Grande do Sul foi sede da VIII Semana da Justiça Federal, que contou com a participação de mais de 350 atletas, integrando servidores, magistrados e familiares das três Seções Judiciárias da 4ª Região. As atividades esportivas, nas modalidades futebol masculino e feminino, voleibol misto e bocha, foram desenvolvidas na sede campestre do SESC, em Porto Alegre, e a festa de encerramento e premiação foi realizada em tradicional churrascaria da Capital.



Participantes do torneio na entrega da premiação

III – SUBSISTEMA PATRIMONIAL

O Subsistema Patrimonial apresenta as Circunscrições e os resultados obtidos na gestão dos bens imóveis e móveis da Seção Judiciária.



Circunscrição Judiciária de Bagé

Vara Única

Juiz Diretor do Foro: Roger de Curtis Candemil

Endereço: Av. General Osório, nº 900

Número de Municípios: 09

População da região: 197.627 hab



Circunscrição Judiciária de Bento Gonçalves

Vara Única

Juiz Diretor do Foro: Marcelo Krás Borges

Endereço: Rua Marechal Floriano, 85
7º, 8º e 9º andares

Número de Municípios: 19

População da região: 231.906 hab



Circunscrição Judiciária de Canoas

1ª e 2ª Varas Federais

Juiz Diretor do Foro:

Guilherme Pinho Machado

Endereço: Rua XV de Novembro, nº 88

4º e 5º andares

Número de Municípios: 4

População da região: 524.136 hab



Circunscrição Judiciária de Caxias do Sul

1ª e 2ª Varas Federais

Vara de Juizado Especial Federal

Vara Criminal

Vara de Execuções Fiscais

Juíza Diretora do Foro: Adriane Battisti

Endereço: Rua Os 18 do Forte, nº 422

Número de Municípios: 37

População da região: 725.488 hab

Circunscrição Judiciária de Lajeado

Vara Única
 Juíza Diretora do Foro:
 Susana Sbrogio' Galia
 Endereço: Rua Alberto Torres, 613
 2º e 3º andares
 Número de Municípios: 36
 População da região: 434.128 hab



Circunscrição Judiciária de Novo Hamburgo

1ª e 2ª Varas Federais
 Vara de Juizado Especial Federal
 Vara Criminal
 Vara de Execuções Fiscais
 Juíza Diretora do Foro:
 Marciane Bonzanini
 Endereço: Av. Pedro Adams Filho, nº
 5757 / 9º, 10º, 11º, 14º e 15º andares
 Número de Municípios: 25
 População da região: 1.505.352 hab

Circunscrição Judiciária de Passo Fundo

1ª e 2ª Varas Federais

Vara Criminal

Vara de Juizado Especial Federal

Juiz Diretor do Foro: Luiz Carlos Cervi

Endereço: Rua Antônio Araújo, nº 1110

Número de Municípios: 138

População da região: 1.127.459 hab

**Circunscrição Judiciária de Pelotas**

1ª e 2ª Varas Federais

Juiz Diretor do Foro:

Cristiano Bauer Sica Diniz

Endereço: Praça Domingos Rodrigues, 2A

Número de Municípios: 18

População da região: 633.894 hab



Circunscrição Judiciária de Porto Alegre

12 Varas Federais Cíveis

2 Varas Previdenciárias

3 Varas de Juizados Especiais

3 Varas Criminais

3 Varas de Execuções Fiscais

Juíza Diretora do Foro: Maria Helena Rau de Souza

Endereço: Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, nº 600

Número de Municípios: 55

População da região: 2.830.966 hab

Circunscrição Judiciária de Rio Grande

1ª e 2ª Varas Federais

Juiz Diretor do Foro: Sérgio Renato Tejada Garcia

Endereço: Av. Marechal Floriano, 296

3º e 5º andares

Número de Municípios: 4

População da região: 249.036 hab



**Circunscrição Judiciária de Rio Grande**

Vara de Juizado Especial Federal

Endereço: Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 323/325

Circunscrição Judiciária de Santa Cruz do Sul

Vara Única

Juíza Diretora do Foro: Maria Lucia Germano Titton

Endereço: Rua Ernesto Alves, nº 746

Número de Municípios: 15

População da região: 419.211 hab





Circunscrição Judiciária de Santa Maria

1ª e 2ª Varas Federais

Juiz Diretor do Foro: Hermes Siedler da
Conceição Jr.

Endereço: Alameda Montevideo, nº 244

Número de Municípios: 40

População da região: 569.991 hab

Circunscrição Judiciária de Santa Maria

3ª Vara Federal

Vara de Execuções Fiscais

Endereço: Alameda Montevideo, nº





Circunscrição Judiciária de Sant'Ana do Livramento

Vara Única

Juiz Diretor do Foro: Belmiro Tadeu Nascimento Krieger

Endereço: Rua Sete de Setembro, nº 920

Número de Municípios: 6

População da região: 217.642



Circunscrição Judiciária de Santo Ângelo

1ª, 2ª e 3ª Varas Federais

Juiz Diretor do Foro:

Ézio Teixeira

Endereço: Av. Brasil, nº 399

Número de Municípios: 81

População da região:

947.349 hab



Circunscrição Judiciária de Uruguiana

1ª e 2ª Varas Federais

Juiz Diretor do Foro:

Guilherme Beltrami

Endereço: Rua General Bento Martins,
nº 2497 / 2º, 3º e 4º andares

Número de Municípios: 10

População da região: 359.338 hab

A preocupação com a existência de ambientes adequados para a boa prestação jurisdicional e para os serviços de apoio foi uma constante neste período.

Diversos melhoramentos foram empreendidos nas instalações das Circunscrições do interior e na Capital, em especial para adequação dos espaços ao funcionamento dos Juizados Especiais. Em alguns locais como Rio Grande, Santa Maria, Caxias do Sul e Uruguaiana, novas locações foram ajustadas em função da expansão das respectivas unidades, enquanto em Santa Cruz do Sul e Sant'Ana do Livramento, as respectivas Varas Federais transferiram-se para imóveis mais condizentes com o serviço jurisdicional.

Em Porto Alegre, o auditório do prédio-sede, situado no 9º andar, foi totalmente reformado, permitindo melhor aproveitamento do espaço, com instalações para a realização de dois eventos simultâneos e novo projeto de iluminação e sonorização.



Auditório do Prédio-Sede

A ergonomia recebeu especial atenção. Vários setores passaram pela reformulação de seus *layouts*, tendo em conta o espaço físico necessário para o desenvolvimento das atividades. A renovação do mobiliário (cadeiras, mesas para microcomputador, carrinhos para o transporte de processos), por sua vez, levou em consideração a padronização e as exigências ergonômicas.

Foi desenvolvida ação especial para dar destinação a 1.424 itens de patrimônio avaliados por uma comissão e classificados como irrecuperáveis ou de recuperação economicamente inviável. Os materiais foram doados à APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre/RS, à ACOREL – Associação Comunitária do Reduto Liberal – Bairro Tristeza, em Porto Alegre/RS e à Escola Municipal de Ensino Fundamental João Marques de Moraes (Escola Agrícola), em Santo Antonio da Patrulha/RS.

A renovação da frota de veículos teve continuidade com a compra de três caminhonetes 4x4, a diesel, com a finalidade de atender o traslado de Juizes Federais no interior do Estado e a crescente demanda de deslocamentos em estradas sem pavimentação, em precárias condições de conservação.

Está sendo desenvolvido o projeto para o sistema de vigilância através de circuito fechado de televisão (CFTV). O sistema proposto cobrirá todas as áreas de circulação do prédio, incluindo corredores, escadas, elevadores, garagens e pátios externos, com possibilidade de gravação digital e acompanhamento à distância, por pessoas autorizadas, através de senhas.

IV – SUBSISTEMA FINANCEIRO

O Subsistema Financeiro destaca os principais investimentos efetuados de acordo com o planejamento anual.

Gerenciar os recursos financeiros, com a redução, ano a ano, da disponibilidade orçamentária, e diante da crescente demanda processual, tem exigido muita criatividade e visão prospectiva, principalmente para estabelecer as prioridades dentre as múltiplas necessidades.

No Núcleo de Planejamento, Orçamento e Finanças está em desenvolvimento projeto de bancos de dados interligados para auxiliar na identificação dos custos de cada unidade da Justiça Federal. Este projeto busca, também, viabilizar a identificação de expoentes de gastos, com o objetivo de corrigir eventual desperdício e orientar ações preventivas da administração.

Para reduzir os valores pagos a título de diárias, foi contratado estabelecimento hoteleiro em Porto Alegre para hospedagem dos servidores e magistrados participantes de cursos e eventos.

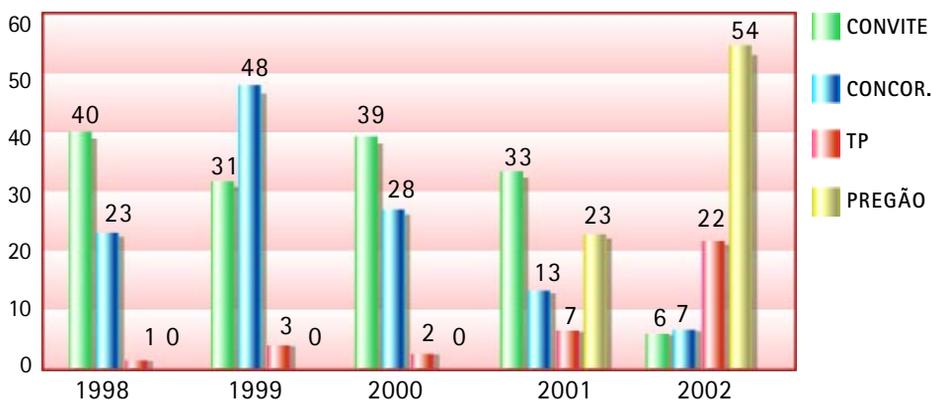
A administração orçamentária caracterizou-se por investimento em obras e instalações, bem como pela aquisição de material permanente. Foi gasta, aproximadamente, a importância de R\$ 830.000,00 com reformas, melhoramentos e obras em geral nas Circunscrições Judiciárias do Rio Grande do Sul.

No tocante a investimentos em material permanente, como computadores, móveis, livros, o montante executado perfaz R\$ 7.153.000,00.

Já os investimentos em capacitação de recursos humanos atingiram aproximadamente R\$ 340.000,00.

No programa de trabalho de Assistência Judiciária Gratuita foi executado o montante de R\$ 3.149.000,00 para um total de 2.145 profissionais, entre advogados e peritos sendo, 9.823 o número de ofícios pagos. Do valor acima, 66% corresponderam ao pagamento de perícias. A média mensal verificada é de 468 ofícios para 102 profissionais, totalizando R\$ 149.953,00.

As aquisições efetuadas pelo procedimento do pregão foram o grande destaque no biênio, em razão da agilidade e eficácia desta modalidade licitatória. No gráfico abaixo, demonstra-se o crescimento do modelo em relação aos demais, desde a sua adoção.



A preocupação com o uso racional dos recursos materiais levou a Direção do Foro a dar continuidade ao Guia da Economia, idealizado na gestão anterior. Este instrumento serve para difundir informações e conscientizar os usuários sobre a economia que pode ser obtida em decorrência da correta e racional utilização de recursos.

Alternativas para reduzir o consumo de energia nas áreas de pouco trânsito também foram mantidas, como o uso de minuteiras nas escadarias e instalação de interruptores nos setores e nos Núcleos.

U – SUBSISTEMA TECNOLÓGICO

O Subsistema Tecnológico apresenta as melhorias alcançadas nas áreas de processamento de informações, comunicação eletrônica e sistemas informatizados.

A necessidade de resolver problemas pontuais motivou o desenvolvimento de soluções tecnológicas, tais como bancos de dados e planilhas, bem como o aprimoramento de ferramentas já empregadas.

No Núcleo de Planejamento, Orçamento e Finanças, os servidores desenvolveram um sistema para pagamentos relativos à Assistência Judiciária Gratuita, baseado no sistema SGBD – Sistema Gerenciador de Banco de Dados, no caso o Microsoft Access, que permitiu a criação de relatórios e o seu envio automático, por meio eletrônico, bem como a obtenção de informações de forma rápida e segura, mediante o cruzamento de considerável número de dados. Em maio de 2002, foi efetuado o primeiro pagamento de honorários tendo por base as informações digitadas no banco de dados instalado. Este programa também auxiliou o desenvolvimento de um sistema para controle do pagamento de diárias.

No Núcleo de Contadoria, a planilha de cálculos desenvolvida pelo setor passou a incorporar aplicativo específico para atender a demanda de cálculos dos Juizados Especiais.

Para a Seção de Biblioteca, tendo em vista as vantagens econômicas e de racionalização de procedimentos, foi ampliado o acervo bibliográfico e informacional em suportes digitais com o Repertório IOB de Jurisprudência, Fórum Administrativo – Direito Público e Fórum de Contratação e Gestão Pública, para acesso via Internet.

Para ampliar a capacidade de processamento dos computadores centrais do SIAPRO – Sistema de Acompanhamento Processual, substituiu-se um computador central IBM F-80 por dois computadores centrais, um IBM F-80 e um IBM 6M1, propiciando melhor performance aos serviços.

Ainda com relação ao SIAPRO, foram desenvolvidos e implantados diversos recursos auxiliares, tais como Rotina de Autorização de Usuários, Gerador de Relatórios, Rotina de Empréstimo a Advogados, Rotina de Prevenção de Processos e Sistema de Julgamento da Turma Recursal.

A Rotina de Autorização de Usuários permite que os acessos às rotinas do SIAPRO sejam gerenciados pelo próprio Diretor de Secretaria, eliminando as requisições de autorização ao Núcleo de Informática. O Gerador de Relatórios possibilita o agendamento de tarefas para execução fora do horário de expediente, aliviando a sobrecarga do sistema durante o dia. A Rotina de Empréstimo a Advogados gerencia os empréstimos dos processos no arquivo. A Rotina de Prevenção de Processos destina-se a detectar a existência de ações conexas, para fins de distribuição, por prevenção. E o Sistema de Julgamento da Turma Recursal, implantado em conjunto com o TRF, proporciona o agendamento de sessões, lançamento de pauta e votos, bem como a geração da ata de julgamento para a publicação.

A página da Justiça Federal na Internet foi inteiramente remodelada, trazendo inovações como a expedição de certidões, diversificando os formatos para consulta de processos e agregando vários *links*. A atualização da página passou a ser responsabilidade dos setores que geram as informações.

Outros sistemas também foram desenvolvidos ou implantados, como o aplicativo do Protocolo da Direção do Foro, que viabiliza o acompanhamento de todos os expe-

dientes em sua tramitação na Secretaria Administrativa e demais unidades da área-meio. Na área judiciária, o sistema de peticionamento eletrônico implantado junto ao Juizado Especial de Rio Grande permite a remessa de iniciais, bem como de petições em geral, pela Internet. A previsão é de uma implantação progressiva do sistema informatizado, de forma que, a partir do peticionamento eletrônico e à medida em que sejam obtidas segurança e confiabilidade, evolua-se até o processo virtual, de plena aplicação nos Juizados Especiais Federais.

Em 2002, no levantamento do inventário anual dos bens permanentes nas Circunscrições Judiciárias de Porto Alegre e Santo Ângelo, iniciou-se a identificação dos itens do mobiliário através de etiquetas com código de barras, possibilitando o uso de leitores de código, com maior agilidade e segurança no controle dos bens. A utilização de programa informatizado permitiu o cruzamento de dados e inovou na forma de execução dos ajustes patrimoniais.

Foi implantado o Protocolo Frame Relay para conexão com o interior, conferindo às Circunscrições a mesma velocidade de acesso ao SIAPRO, com ganhos em integração, velocidade e estabilidade, além da redução de custos.

A comunicação com outros sistemas como SIAFI, GID-Detran, Imprensa Nacional, passou a ser feita pela Internet, duplicando a velocidade, alcançando melhor desempenho e conferindo mais segurança.

A implantação de redes lógicas e rede Novell nas Circunscrições do interior do Estado foi iniciada, estando prevista a conclusão dos serviços ainda para este ano.

A duplicação da velocidade do *link* de acesso à Internet, a aquisição de novos equipamentos e a automatização de procedimentos resultaram, para os usuários internos, em melhorias no desempenho, na estabilidade e no gerenciamento da rede e, para os usuários externos, na prestação de melhores serviços.

Foram firmados convênios com a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) e com a Telefônica Celular CRT para transferência, mediante requisição judicial, de informações cadastrais de seus usuários a assinantes. De outra parte, já estão em fase de tratativas convênios com a Brasil Telecom e a Telet (Claro Digital).

Também foi firmado convênio com a Caixa Econômica Federal para a prestação de serviços de conectividade e certificação eletrônica.

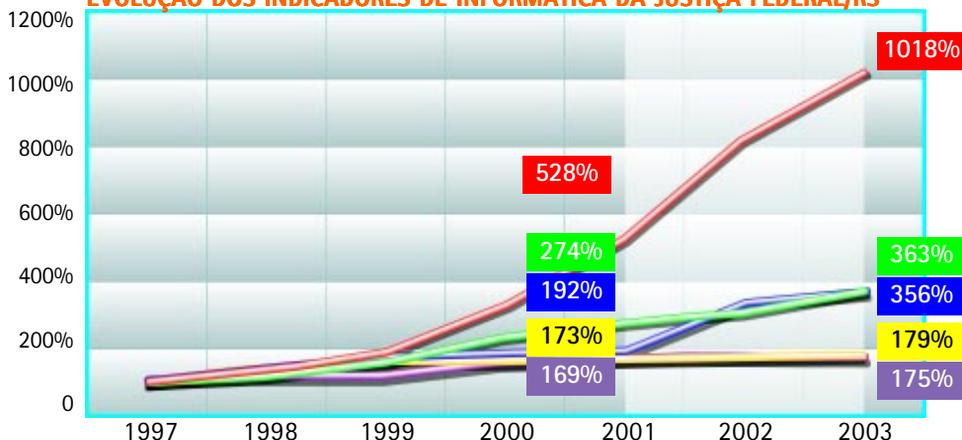
O parque tecnológico da Seção Judiciária foi consideravelmente ampliado, conforme os dados apresentados no quadro abaixo.

AMPLIAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO INSTALADO



O crescimento do número de processos, a ampliação do parque tecnológico e a expansão dos acessos virtuais à informação acarretaram aumento considerável dos serviços prestados pelo Núcleo de Informática no período em foco, como se constata do gráfico que segue.

EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE INFORMÁTICA DA JUSTIÇA FEDERAL/RS



LEGENDA

- **Serviços:** Crescimento de serviços de informática disponíveis. Os valores apresentados referem-se à evolução percentual de cada fator.
Soma dos serviços disponibilizados nos equipamentos dos magistrados e usuários em toda a Justiça Federal. Exemplo: Rede Novel, Impressoras de Rede, Jurisprudência (LIS, JUIS,), Internet, Home Page da Justiça, E-mail, Consulta Processual Internet, SIAPRO, Publicação Eletrônica, GEDOC (mandados), AR (Execuções Fiscais), JEF (Juizados Especiais), GID Veículos (DETRAN), Editor de Texto (Word), Planilha Eletrônica (Excel), Via Voice (magistrados), Rede nas Circunscrições do Interior e outros.
- **Processos:** Crescimento de processos atuados
- **Equipamentos:** Crescimento de equipamentos de informática
- **Varas:** Crescimento de Varas Federais
- **Servidores:** Crescimento de servidores do quadro funcional

VI – SUBSISTEMA SOCIAL

O Subsistema Social enfoca as atividades desenvolvidas para o fortalecimento das relações com a comunidade jurídica e a sociedade em geral.

A passagem do 35º aniversário de reinstalação da Justiça Federal no Estado do Rio Grande do Sul foi celebrada, entre outros atos, com uma exposição pública de documentos, objetos e registros, como forma de resgatar, preservar e levar ao conhecimento do público em geral a trajetória da Instituição, desde a sua criação em 1890.

A mostra foi desenvolvida para percorrer as Circunscrições do interior do Estado, difundindo nossa história e documentando a inserção da Justiça Federal na sociedade brasileira.

Mostra comemorativa dos 35 anos, em sua passagem pela Circunscrição de Santo Ângelo



Em Porto Alegre, em solenidade ocorrida no mês de junho de 2002, foi prestada homenagem ao Ministro José Néri da Silveira, primeiro Juiz Diretor do Foro da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, após a reinstalação em 1966, ao ensejo de sua aposentadoria como Ministro do Supremo Tribunal Federal.



Homenagem ao Ministro José Néri da Silveira

Também no mês de junho, como parte das comemorações, foi inaugurada a galeria de fotos dos Diretores do Foro, situada no *hall* do auditório do prédio-sede, no 9º andar.



Galeria de Fotos dos Diretores do Foro

Voltou-se esta gestão, ainda, às ações de alcance social e de entrosamento com a comunidade acadêmica. Neste sentido, foram promovidas campanhas em benefício de entidades assistenciais e celebrados convênios técnicos, didáticos e de mútua cooperação com instituições de ensino da Capital e do interior do Estado.

1. Projeto Justiça Solidária

Criada pela Portaria nº 029/02, da Direção do Foro, de 20 de junho de 2002, a Comissão de Organização e Desenvolvimento do Projeto Justiça Solidária foi encarregada de desenvolver atividades voltadas à promoção do bem-estar social de grupos carentes, no âmbito da Justiça Federal de primeira instância da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

Com esta iniciativa, a Direção do Foro buscou institucionalizar os trabalhos voluntários que já vinham sendo realizados por magistrados e servidores da Justiça Federal, designando, a partir de 26 de março de 2003, a Juíza Federal Salise Monteiro Sanchotene, titular da 2ª Vara Criminal de Porto Alegre, para coordenar a Comissão do Projeto Justiça Solidária, mediante a publicação da Portaria nº 026/03 -DF. O apoio institucional objetiva reforçar as iniciativas individuais, estimulando a ampliação do universo de voluntários e, conseqüentemente, dos próprios beneficiários.

O trabalho desenvolvido pela Comissão, com a participação também de Varas Federais do Interior, já beneficiou as seguintes comunidades e entidades assistenciais: Grupamento Indígena Caingangue - Viamão/RS, Instituto Espírita Dias da Cruz - Porto Alegre/RS, Instituto Beneficente de Amparo à Criança e à Mãe Abandonada (IBACEMA) - Ilha Grande dos Marinheiros - Porto Alegre/RS, Albergue Raio de Sol - Ilha Grande dos Marinheiros - Porto Alegre/RS, Asilo Padre Cacique - Porto Alegre/RS, Creche Nossa Senhora de Fátima - Vila Cruzeiro do Sul - Porto Alegre/RS, Creche Nossa Senhora de Esperança - Vila Cruzeiro do Sul - Porto Alegre/RS, Creche Nossa Senhora de Nazaré - Vila Cruzeiro do Sul - Porto Alegre/RS, Creche Dom Orione - Vila Cruzeiro do Sul - Porto Alegre/RS e Creche Jesus Bom Pastor - Vila Dona Teodora - Porto Alegre/RS.

As atividades desenvolvidas na Circunscrição Judiciária de Lajeado tiveram como beneficiários a comunidade indígena e flagelados à margem da BR 386.



Equipe do Projeto
Justiça Solidária na
Páscoa 2003 – Creche
Jesus Bom Pastor

2. Convênio FASERGS – Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Rio Grande do Sul (Ex-Febem)

O projeto “Trabalho Educativo e Cidadania na Justiça Federal”, concebido para oferecer vagas junto à Seção Judiciária para adolescentes entre 16 e 17 anos de idade, em cumprimento de medida socioeducativa, foi concretizado e encontra-se em pleno desenvolvimento. A seleção é feita através de convênio firmado com a FASERGS e permite a prática de atividade remunerada, integrando a vivência de relações de trabalho e a aprendizagem de noções sobre direitos e garantias do cidadão, dentre os quais se inclui o acesso ao Poder Judiciário.

As experiências realizadas até então apresentaram resultados positivos e incentivam o aumento do número de vagas ofertadas.

3. Convênios de Estágio com Instituição de Ensino

Foram firmados convênios com diversas instituições de ensino do Estado, abaixo relacionadas, proporcionando aos estudantes oportunidades de complementação da aprendizagem, em prol de seu desenvolvimento profissional e pessoal.

- Associação de Educação Franciscana da Penitência e Caridade Cristã – Colégio Sagrada Família – Porto Alegre/RS (Cursos de Técnico de Administração de Empresas, Contabilidade e Publicidade e Propaganda);
- Centro Universitário Franciscano – UNIFRA (Curso de Ciências Jurídicas e Sociais);
- Fundação Universidade Federal de Rio Grande – FURG (Cursos de graduação e de 2º grau profissionalizante do Colégio Técnico Industrial);
- Instituto de Ensino Superior de Santo Ângelo – IESA (Curso de Ciências Jurídicas e Sociais);
- Serviços Nacional de Aprendizagem – SENAC (Cursos de nível pós-médio do SENAC);
- Universidade do Vale dos Sinos – UNISINOS (Curso de Ciências Jurídicas e Sociais);
- Universidade Federal de Santa Maria – UFSM (Curso de Ciências Jurídicas e Sociais);
- Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI: (Curso de Ciências Jurídicas e Sociais);
- Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS (Curso de Ciências Jurídicas e Sociais e Cursos da Escola Técnica);

De outra parte, estão em fase de renovação os convênios de estágio com as seguintes instituições:

- Universidade de Passo Fundo - UPF;
- Sociedade de Educação Ritter dos Reis;
- Colégio Luterano Concórdia;
- Universidade da Região da Campanha – Campus Universitário de Sant’Ana do Livramento – URCAMP
- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS.

PROGRESSÃO DAS VAGAS DE ESTÁGIO



RELAÇÃO ENTRE CURSOS E VAGAS

NÍVEL	CURSOS	VAGAS
Superior	Biblioteconomia	290
	Ciências Contábeis	
	Ciências Jurídicas e Sociais	
	Engenharia Civil	
	Informática	
	Jornalismo	
	Psicologia	
	Publicidade e Propaganda	
	Serviço Social	
Técnico	Administração	30
	Secretariado	
TOTAL DE VAGAS		30

4. Assistência Judiciária Gratuita

A Assistência Judiciária Gratuita, prestada por bacharéis em Direito, alunos das Escolas da Magistratura Federal e do Ministério Público Estadual, mediante convênio firmado entre a Justiça Federal e tais entidades, foi reestruturada a partir da edição da Portaria nº 50 - DF, de 14 de agosto de 2001.

A organização, o controle e a fiscalização do serviço prestado pela Assistência Judiciária couberam à assessora Eliana Oliveira Borges, da Direção do Foro.

O atendimento ao público carente é prestado no prédio-sede, em espaço apropriado, devidamente equipado para recepção dos interessados, de segunda a sexta-feira, à tarde, das 13 às 18 horas, e pela manhã, às segundas, quartas e quintas-feiras, das 09 às 12 horas.

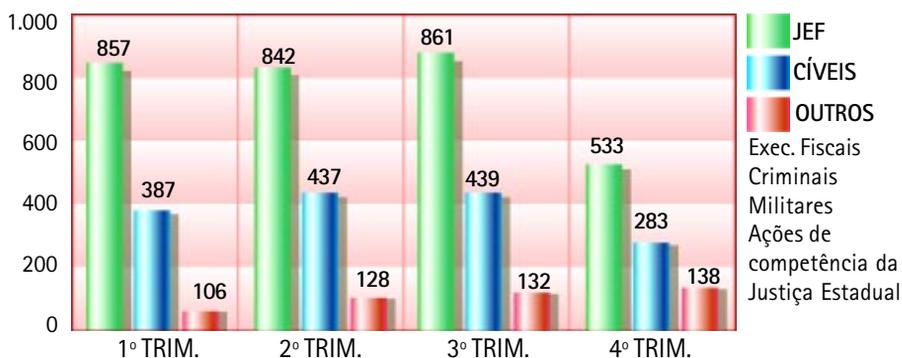


Atendimento da Assistência Judiciária Gratuita

Em razão da grande demanda, motivada especialmente pela implantação dos Juizados Especiais, 15 profissionais encontram-se cadastrados para prestar o atendimento ao jurisdicionado, promovendo novas ações judiciais ou dando continuidade às já intentadas. Em muitos casos, a orientação ou o esclarecimento prestados possibilitam a solução extrajudicial dos conflitos.

As Varas Federais de Porto Alegre, em especial as Criminais, recorrem também à Assistência Judiciária em busca de profissionais para atuarem em audiências de interrogatório, sendo nomeados apenas para o ato, em razão da ausência de advogados regularmente constituídos.

ATENDIMENTOS DO PÚBLICO NA AJG



Importa registrar que a redução do número de atendimentos que se observa no gráfico acima, no último trimestre de 2002, mantida no mesmo patamar no primeiro trimestre deste ano, corresponde exatamente à estruturação da Defensoria Pública da União em Porto Alegre, à qual está cometida, institucionalmente, a defesa das pessoas carentes. A expectativa é a de que, com a consolidação da estrutura da Defensoria da União, haja progressiva absorção da demanda hoje atendida pelos serviços dos alunos da Escola da Magistratura Federal e do Ministério Público.

No interior do Estado, algumas instituições de ensino foram conveniadas para possibilitar ao jurisdicionado carente o acesso à justiça e, paralelamente, ao acadêmico do Curso de Ciências Jurídicas a prática assistida. Até o presente momento foram firmados convênios com as seguintes entidades: Associação Pró-Ensino Superior de Novo Hamburgo; Universidade Católica de Pelotas; Universidade Federal de Pelotas; Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI).

5. Participação na Feira “Profissionais do Futuro 2001”

A feira foi uma promoção da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, tendo o CET, juntamente com a Seção de Comunicação Social (SECOS), representado a Instituição com o objetivo de divulgar aos estudantes universitários e à comunidade o programa de estágios e a própria atividade da Justiça Federal. A estimativa dos organizadores é a de que 3.000 pessoas tenham visitado a feira, que ocorreu no período de 07 a 09 de novembro de 2001.

Considerações Finais

Ao concluir o relato das principais ações administrativas desenvolvidas ao longo do biênio que ora finda, pensamos que devam ser apresentadas algumas considerações com finalidade prospectiva. Intentamos, neste ponto, realçar aspectos que merecem especial atenção na administração dos meios à prestação jurisdicional de primeira instância, na Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

1. Juizados Especiais

Como destacado logo ao início, a implantação dos Juizados Especiais Federais, marco não só deste período, mas da própria história da jurisdição federal, possibilitou, para além da utilização de um novo rito processual – concebido para ser célere e efetivo –, o surgimento de expressiva demanda reprimida.

O incremento no número de processos distribuídos em 2002, ano da instalação dos Juizados Especiais, comparativamente com o do ano de 2001, é da ordem de 71,82 %, conforme o quadro da página 13. Tal incremento, como já referido, repercutiu sensivelmente na área-meio, nos seus diferentes setores, a exigir esforço redobrado e o qual, nada obstante empreendido, revela-se, em alguns pontos, insuficiente.

Assim, o Núcleo de Contadoria, onde estão lotados 4 analistas e 9 técnicos, tem recebido, mensalmente, 1.200 processos novos, além dos cálculos solicitados em regime de urgência para subsidiar audiências dos Juizados Especiais ou sessões da Turma Recursal e de consultas formuladas por advogados, pessoalmente ou por via telefônica.

Escusado parece enfatizar, ainda, a diversidade de cálculos sob a responsabilidade da Contadoria. Acionada não apenas pelos Juizados, mas igualmente por todas as Varas Cíveis, em face da diversidade de matérias suscetíveis nesses juízos, é responsável pela elaboração de cálculos sujeitos a regras também absolutamente diversas. Decorre daí a indesejável, porém fatal delonga na tramitação do processo, observada no curso de 2002 e somente minimizada por um esforço concentrado, em regime de mutirão, levado a cabo no início deste ano. Todavia, solução de caráter permanente está a se impor, o que só vislumbramos com a efetiva reestruturação do Núcleo, mediante criação de núcleo de contadores para os Juizados, com incremento do número de cargos a serem providos por profissionais com habilitação própria para a área de cálculos. O mesmo vale para a maioria das Circunscrições Judiciárias do interior.

De outra parte, igualmente recrudescer a demanda sobre os serviços de informática com o advento dos Juizados Especiais Federais, sem contar que cada vez mais a atividade da Seção Judiciária depende da informatização. Com o crescente número de dados, as rotinas precisam ser automatizadas com vistas à sua agilização e à prevenção de erros por falha humana. Há necessidade de relatórios e estatísticas para a tomada de decisões.

Diante deste quadro, o Núcleo de Informática, apesar do esforço de seus técnicos, tem deixado de atender algumas necessidades dos nossos usuários, com conseqüentes reflexos negativos.

Assim, além de investimentos na ampliação do parque tecnológico, o que se elegeu como prioridade e se efetivou, conforme relatado, tornam-se imprescindíveis o incremento no quadro dos técnicos em informática, na sede da Seção Judiciária, assim como a criação de cargos de operador, para lotação junto a cada Circunscrição Judiciária. Estes últimos, tecnicamente subordinados ao Núcleo de Informática, atuariam como agentes setoriais, diagnosticando e resolvendo os problemas rotineiros e encaminhando os de maior complexidade ao Núcleo de Informática vinculado à Direção do Foro. Ao tempo em que seria garantida a agilidade que hoje já está a faltar, também se

assegurariam a supervisão e condução uniforme dos serviços desta natureza.

De outra parte, e ainda em conseqüência da instalação dos Juizados Especiais Federais, foi criada unidade nova, sem o aporte de qualquer cargo. Referimo-nos, aqui, à equipe de apoio administrativo à Turma Recursal, que em Porto Alegre foi constituindo-se à custa de um esforço de relocação de cargos e disponibilidade de vagas de estágio, carecendo, todavia, de uma melhor estrutura.

Ainda digna de nota é a situação da maioria dos Juizados Especiais Adjuntos. Implantados sobre a estrutura já existente da Vara Federal, determinaram a sua fragmentação, para fins operacionais, com insuperáveis deficiências. Tal quadro espera-se ver corrigido com a aprovação do projeto de lei que dispõe sobre a criação de 183 Varas Federais, distribuídas pelas cinco regiões do País, ora em tramitação no Congresso Nacional,

2. Varas de Execuções Fiscais

Outro ponto que está a merecer atenção é a situação das Varas de Execuções Fiscais, nomeadamente as localizadas em Porto Alegre. De acordo com as estatísticas de 30 de abril do corrente ano, os processos em andamento na 2ª e na 3ª Vara já alcançavam o número de 28.000, ao passo que na 1ª Vara, por estar sob regime especial de distribuição, pelo afastamento da titular, atingiam aproximadamente 25.000. Como é razoável supor, o trabalho cartorário está se tornando progressivamente mais lento e extenuante.

Sem prejuízo do manejo de soluções como ampliação da estrutura das Secretarias, ou aumento do número de Varas com idêntica especialização – ambas dependentes de autorização legislativa –, parece-nos indicado empreender o exame da possibilidade de alteração do próprio rito das execuções fiscais, de forma que ao Judiciário venham as execuções com efetivas condições de resultados frutíferos. Hoje, a Fazenda Pública, a despeito de desconhecer a existência de bens penhoráveis, vê-se compelida a propor, em larga escala, a cobrança de seus créditos para interromper a prescrição. A busca patrimonial e, muitas vezes, o esforço frustrado para encontrar o próprio devedor são transferidos ao Poder Judiciário, com o danoso e insolúvel congestionamento de suas Varas.

O momento para eventual proposta de alteração legislativa é oportuno, na medida em que já se encontra em estudo exatamente a alteração das regras processuais atinentes à execução civil em geral, a que se poderia agregar a reforma da execução fiscal.

3. Arquivo

Com 290.000 processos arquivados, a Seção de Arquivo da Circunscrição Judiciária de Porto Alegre ocupa, aproximadamente, 800 m² do prédio-sede e, na linha do crescimento registrado nos últimos anos, projeta-se a ocupação de 1.450 m² em 2007.

Como é de conhecimento geral, encontra-se em estudo no Conselho da Justiça Federal a questão do descarte dos processos judiciais findos e arquivados, já sendo certo, todavia, que, além dos processos de guarda permanente, haverá de ser respeitada tabela de temporalidade, dependendo da natureza da ação, para que se possa cogitar de extermínio de autos judiciais. O problema do espaço ocupado pelo arquivo judiciário não estaria, assim, eliminado, ainda que já contássemos com norma autorizando o descarte, uma vez que esta, por certo, não há de ser única e de efeitos concretos imediatos.

Considerando tal contexto, pensamos que se impõe a busca de imóvel próprio para abrigar a Seção de Arquivo. Liberar-se-ia a significativa área já ocupada para tal

fim, em proveito da atividade jurisdicional propriamente dita, notadamente das novas demandas de espaço que se apresentam com os Juizados Especiais Federais. Neste sentido, já dirigimos manifestação ao Excelentíssimo Presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região para as gestões que se fizerem necessárias, em sendo considerada oportuna e conveniente a realocização do Arquivo.

4. A Conservação do Patrimônio Imobiliário

Proporcionalmente ao crescimento da demanda, registra-se a expansão de nossas unidades e serviços, com a ampliação da área física ocupada. Hoje, entre imóveis próprios e locados, são 51.613,44 m² ocupados pela Justiça Federal de primeira instância no Rio Grande do Sul. A conservação e a reparação de tal patrimônio requerem deslocamentos constantes de servidores da Capital que, em número reduzido, atendem as solicitações na medida das limitadas possibilidades da unidade. Esta foi a realidade enfrentada ao longo do biênio, o que nos faz recomendar a terceirização de tais serviços, especialmente para atendimento das Circunscrições mais distantes de Porto Alegre. Expediente dando início a tal providência já se encontra em tramitação na Secretaria Administrativa.

Justiça Federal
Seção Judiciária do Rio Grande do Sul

Relatório de Gestão Administrativa
2001 - 2003